



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLANDIA nº. 151/2023

Belo Horizonte, 21 de junho de 2023.

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: BIOENERGÉTICA AROEIRA S.A.	CPF/CNPJ: 08.355.201/0001-13
Endereço: BR 452 Km 77	Bairro: Zona Rural
Município: Tupaciguara	UF: MG
Telefone: (34) 3281 0522	E-mail: qualidade@bioaroeira.com.br
	CEP: 38430-000

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para o item 3 (X) Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: Antônio Fernando Filassi	CPF/CNPJ: 018.917.948-17
Endereço: Rua Doutor Paulo Gomes, 110	Bairro: centro
Município: Uberaba	UF: MG
Telefone: (34) 3281 0522	E-mail: qualidade@bioaroeira.com.br
	CEP: 38010-180

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Babilônia	Área Total (ha): 58,0800ha
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrícula 6.847	Município/UF: Monte Alegre de Minas/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3142809-A7F1.7E28.8C28.4E7B.A9DC.8EFF.42DB.8BCE	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	402	unidades

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	402	un	22 K	728586	7900380

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura	Área útil	58,08

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Outros-Corte de Árvores Isoladas		58,08

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha floresta nativa	Lenha	442,0332	m³
Madeira floresta nativa	Madeira	77,3222	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 25/04/2023

Data da vistoria: 21/06/2023

Data de solicitação de informações complementares: 10/05/2023

Data do recebimento de informações complementares: 21/06/2023

Data de emissão do parecer técnico: 21/06/2023

2. OBJETIVO

O objetivo da intervenção ambiental requerida, através do corte de 402 (quatrocentas e duas) árvores isoladas, é fazer a ampliação das áreas de culturas anuais.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O Sr. Antônio Fernando Filassi, proprietário da Fazenda Babilônia - matrícula 6.847, com área total de 58,08ha, localizada na zona rural do município de Monte Alegre de Minas - MG que possui cobertura vegetal nativa de 16,06 %. A propriedade está inserida no Bioma Cerrado, com tipologia vegetal de Cerrado sentido restrito. Coordenadas geográficas UTM 22K 728629 e 7900142.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3142809-A7F1.7E28.8C28.4E7B.A9DC.8EFF.42DB.8BCE

- Área total: 61,8575ha

- Área de reserva legal: 0,00ha

- Área de preservação permanente: 0,00ha

- Área de uso antrópico consolidado: 61,8575ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

() A área está preservada: 0 ha

() A área está em recuperação: 0 ha

() A área deverá ser recuperada: 0 ha

- Formalização da reserva legal:

() Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

() Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

- Parecer sobre o CAR:

"Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão (ou não) de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida".

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

*O explorador BIOENERGÉTICA AROEIRA S.A. pleiteia realizar o corte de 402 (quatrocentas e duas) árvores isoladas em uma área de 58,08ha para agricultura, visando a implantação de culturas anuais. De acordo com o levantamento apresentado pela planilha de espécies anexa ao processo, foram encontradas espécies protegidas por Lei, sendo, 7 (sete) Pequis que serão suprimidos. Conforme requerimento, o rendimento lenhoso é de 442,0332 m³ de lenha e 77,3222 m³ de madeira, que serão usados na propriedade e incorporados ao solo dos produtos florestais *in natura*.*

Taxa de Expediente: R\$ 921,75 - 10/03/2023

Taxa florestal Lenha: R\$ 6.758,56 - 10/03/2023

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23126218

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

A propriedade encontra-se fora de área prioritária para conservação da biodiversidade e de baixa vulnerabilidade natural, segundo análise do IDE. Não está localizada próxima a Unidade de conservação. Está inserida dentro do bioma cerrado de acordo com a

análise do mapa de biomas do IBGE, com tipologia vegetal de Cerrado sentido restrito. De acordo com os estudos apresentados e após a análise técnica não existem restrições ambientais na área de intervenção requerida conforme IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>.

- Vulnerabilidade natural: baixa

- Prioridade para conservação da flora: Muito baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Não

- Unidade de conservação: Não

- Áreas indígenas ou quilombolas: Não

- Outras restrições: Não

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Classe do empreendimento: 1

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: Licença Ambiental especial - Município de Monte Alegre de Minas

- Número do documento: 92/2022

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada em 21/06/2023 de forma remota, utilizando-se ferramentas geo espaciais : Google Earth, QGis 3.6 e IDE-sisema, a fim de verificar se as árvores estavam localizadas em áreas protegidas do imóvel rural (Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Reserva Legal). Através dessa análise verificou-se que as árvores que serão suprimidas não se encontram em áreas protegidas. Verificou-se na contagem através da planilha de lista de espécies a ocorrência de espécies protegidas por Lei: 7 (sete) Pequis que serão suprimidos conforme preconiza a Lei nº 20.308/2012.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Plano a suave ondulado

- Solo: Latossolo vermelho distrófico

- Hidrografia: Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Pertence ao Bioma Cerrado, sendo que tem como fisionomias o Cerradão e Vereda.

- Fauna: Quanto à fauna existente no empreendimento as principais espécies que existem são aquelas encontradas no Cerrado, predominantemente pequenas aves.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Através das informações prestadas nos estudos, análise de imagens de satélite e utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA, verificou-se que as 402 (*quatrocentas e duas*) árvores que serão suprimidas não se encontram em áreas protegidas (APP e Reserva Legal). Foram identificadas espécies protegidas por Lei em área de pastagem antropizada na propriedade, sendo 7 (sete) Pequis que serão suprimidos, pois é necessário para implantação de culturas anuais . Foi apresentada um PTRF para a compensação de 4 Pequis em forma de plantio , assim como recolhimento de taxa pró-pequi, pela supressão de 3 pequis, conforme preconiza a Legislação vigente.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os possíveis impactos ambientais decorrentes do corte de árvores isoladas, são a exposição do solo, facilitando processos erosivos; perturbação, afugentamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento. Conforme apresentado nos estudos as medidas mitigadoras visam principalmente não fazer o uso de fogo; preservar as áreas remanescentes; e adotar técnicas e medidas de proteção do solo. Além de controle de drenagem para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos.

Exemplo de medidas mitigadoras:

- curvas de nível e controle de processos erosivos,

- Proteção das áreas de preservação (APP e reserva legal) existentes na propriedade.

- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.

- Manter e preservar espécies protegidas por Lei e em extinção.

6. CONTROLE PROCESSUAL**7. CONCLUSÃO**

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento de corte de 402 (quatrocentas e duas) **árvores isoladas** em uma área de 58,08ha, localizada na propriedade Fazenda Babilônia - matrícula 6.847. Foi constatado através de mapa planimétrico e dos arquivos digitais que as árvores que serão suprimidas não se encontram em áreas protegidas (APP e Reserva Legal). O rendimento lenhoso estimado é de 442,0332m³ de lenha e 77,3222m³ de madeira, que serão usados na propriedade e incorporados ao solo dos produtos florestais *in natura*. Vale ressaltar que foram identificadas espécies protegidas por Lei, sendo 7 (sete) Pequis que serão suprimidos conforme preconiza a Lei 20.308/2012. Foi apresentado um PTRF para compensação de 4 espécies de Pequis que serão suprimidas, sendo compensadas em forma de plantio, e recolhimento de taxa pró-pequi de 3 unidades de Pequis. Será condicionado a execução e evolução do PTRF conforme apresentado nos estudos, em forma de plantio, em áreas de APP antropizadas da Fazenda Saci II – matrícula 29.438 (registro anterior 25.084), localizada no município de Tupaciguara, conforme apresentado no PTRF e planta topográfica anexos ao processo. Foi apresentado no processo a anuência dos proprietários da Fazenda Fazenda Saci II.

8. Medidas compensatórias

Como medida compensatória pelo corte do Pequi, o explorador deverá realizar o plantio de 20 mudas de pequi, pela supressão de 4 Pequis, isto é, para cada exemplar a ser suprimido, deverá ser feito um plantio compensatório na proporção de 1:5. Quanto ao restante dos pequis (3) a serem suprimidos, o empreendedor deverá realizar a compensação pecuniária, sendo que os recursos deverão ser destinados ao programa Pró-Pequi. As medidas compensatórias estão de acordo com as normativas da Lei nº 20.308, de 27 de julho de 2012.

Como medida compensatória pela supressão dos 4 Pequis, foi apresentado um Projeto Técnico de Reconstituição da Flora - PTRF, com plantio de 20 mudas ao longo da APP antropizada da Fazenda Saci II – matrícula 29.438 (registro anterior 25.084), em uma área de aproximadamente 0,0416ha, nas seguintes coordenadas, 18°46'9.69"S e 48°36'40.93"O. O PTRF terá sua execução e evolução condicionados nesta autorização, conforme preconiza a legislação vigente.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Taxa de Reposição Florestal: R\$ 15.695,65 - 23/06/2023

Taxa pró-Pequi: R\$ 1.511,07 - 23/06/2023

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal R\$7.886,16

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES**Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar relatório técnico fotográfico da execução e evolução do PTRF apresentado nos estudos.	6 meses após início do PTRF
2	Apresentar relatório técnico fotográfico da evolução do PTRF apresentado nos estudos.	Anualmente por 5 anos
...		

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

☐ COPAM / URC ☒ SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Juliane Cristina Silverio Maia**
MASP: **1.503.538-9**



Documento assinado eletronicamente por **Juliane Cristtina Silvério Maia, Gerente**, em 26/06/2023, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **68185730** e o código CRC **67F78A3A**.

Referência: Processo nº 2100.01.0008892/2023-94

SEI nº 68185730